

Questão Discursiva 05733

Joana Maria ajuíza reclamação em face de Pontes e Viadutos Estaduais (ente da Administração Pública Indireta estadual) e de PontesPrev (fundo de pensão), em 7/5/2014, mediante a qual postula diferenças na complementação de aposentadoria decorrente de parcela sucessiva assegurada por lei, que não foi corretamente quitada por Pontes e Viadutos Estaduais durante o contrato individual de trabalho. Para tanto, aduz que foi implantado um novo PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) em 2010, ao qual não aderiu, estando ainda inserida no antigo PCCS de 1995, que assegura o direito à parcela vindicada. Esclarece e prova, ainda, que há participação estatal, por meio de lei estadual, acerca da composição do patrimônio do fundo de pensão. Pugna pela responsabilização das rés. Diante da situação acima, o admitindo que os fatos alegados se encontram devidamente comprovados, responda de maneira fundamentada:

- a) A Justiça do Trabalho é competente para julgar a demanda?
- b) Qual será a prescrição aplicável?
- c) Considerando que o PCCS de 2010 é mais benéfico, seria defensável a não aplicação do PCCS de 1995?
- d) Qual será a responsabilidade de cada réu em relação aos direitos da autora?